

Projeto de mineração em Belo Monte é suspenso

Liminar da Justiça atende a pedido da Defensoria Pública do Pará, que alegou irregularidades e falta de assistência à população

André Borges / BRASÍLIA

O início das operações do projeto Volta Grande, que prevê a mineração de ouro abaixo da barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi suspenso ontem por decisão da Vara Agrária e Juizado Especial Ambiental de Altamira.

A decisão foi favorável a um pedido de liminar apresentado pela Defensoria Pública do Estado, que alega irregularidades fundiárias e falta de assistência à população local. O juiz Álvaro

José da Silva Souza, então, suspendeu a licença de instalação do empreendimento por 180 dias, até que seja feita a desafetação da área pelo Incra ou até que se dê a realocação das famílias.

“Há a falta de regularização fundiária, conflitos agrários e proximidades com a extração ilegal de madeira, como é o caso de parcela da Gleba Estadual Bacajá”, afirmou no processo a defensora Andreia Barreto. A ação cautelar, que foi apresentada no dia 31 de janeiro, tem como fundamento a falta de regularidade fundiária. O processo foi ajuizado contra a empresa canadense Belo Sun, dona do projeto, e o Estado do Pará.

‘Injustificável’. Em sua decisão, o juiz reconhece que a região está inserida numa área



TAPA.JOS EM FOCO-20/09/2011

Decisão. Juiz diz que é necessária reforma agrária no local

que deve ser objeto de reforma agrária. Segundo Souza, entre a licença prévia ambiental e a licença de instalação, passaram-se três anos sem que essas questões fundiárias fossem resolvi-

das. Na avaliação do magistrado, é “completamente desarrazoado e injustificável” que até hoje as famílias residentes nas áreas identificadas “ainda estejam à mercê da própria sorte,

sem saber qual será efetivamente seu destino, com o início da instalação do projeto minerário”. Ele chama a atenção para o fato de que a autorização “foi concedida sem a retirada das famílias que há décadas moram na área”.

Um dia após a ação movida pela Defensoria, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará liberou a licença de instalação para o projeto, documento que permite à empresa Belo Sun erguer suas estruturas. Com a decisão de ontem, a autorização está suspensa por 180 dias.

A licença ignorou um parecer da Funai, que apresentou pendências e irregularidades no processo. O Ministério Público Federal no Pará e a Defensoria Pública da União, além de organizações como o Instituto Socioambiental, também têm atuado para tentar rever o licenciamento.

Outro lado. Apesar da polêmica, para o governo do Pará, o projeto é sinônimo de arrecadação. São mais de R\$ 60 milhões somente em royalties de mineração em 12 anos. Desse total, 65% serão destinados ao município Senador José Porfírio.

A Belo Sun, controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, informou que o investimento total no projeto será de R\$ 1,22 bilhão. A produção média prevista é de aproximadamente 150 mil onças de ouro por ano. A empresa afirmou que vai recorrer da decisão. Declarou também que está “desapontada com a decisão, mas entende que questionamentos são esperados e fazem parte do curso normal da instalação de empreendimentos importantes”.

FABIO ALVES

Excepcionalmente, o colunista não escreve hoje